

# Um desenvolvimento insustentável

Célia M. Motta\*

## Resumo:

Teorias, estratégias e promessas de desenvolvimento sustentaram vários programas de governo brasileiros (ditatoriais, “democráticos” ou “redemocratizantes”), sucessivamente justificados pela necessidade de “restabelecimento” da ordem política, econômica e social. Não houve desenvolvimento econômico, a ordem política é questionável e a sociedade mergulha na miséria -mas o argumento se repete.

“Crescimento” e “desenvolvimento” econômico geralmente são vistos como categorias reciprocamente complementares: o primeiro decorrente do crescimento da acumulação de capital (lucro) e o segundo da expansão do emprego e das técnicas de produção -como sugeriu David Ricardo. Com uma pequena simplificação, também podem ser considerados termos sinônimos, definidos basicamente pelo crescimento da produção anual *per capita* de uma nação. Esta visão predominou até o início do século XX, quando o aumento da riqueza nas metrópoles industriais parecia confirmar o desenvolvimento como um processo inerente ao devir capitalista.

A inoperância dos “mecanismos automáticos”, após a 2ª Guerra Mundial, demonstrou que a economia capitalista não é espontânea, e não prescinde da intervenção política do Estado para recompor suas taxas de acumulação de capital –de acordo com os pressupostos keynesianos, de 1936:

com base nos interesses gerais da comunidade, espero vê-lo assumir uma responsabilidade cada vez maior na organização direta dos investimentos (...) o Estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão a consumir (...) embora isso não implique a necessidade de excluir ajustes e fórmulas de toda a espécie que permitam ao Estado cooperar com a iniciativa privada (...) não é a propriedade dos meios de produção que convém ao Estado assumir. Se o Estado for capaz de determinar o montante agregado dos recursos destinados a aumentar esses meios e a taxa básica de remuneração aos seus detentores, terá realizado o que lhe compete (Keynes: 1992: 135; 288).

Para assegurar o que lhe compete (o desenvolvimento do modo de produção capitalista), o Estado certamente exerce seu poder “orientador” da economia, e apresenta-se como uma instância legítima de representação dos “interesses gerais”. A questão é que, após restabelecidas as taxas de acumulação, o capital segue seu ciclo de realização (concentração e centralização) impondo novas metas de crescimento e, por conseguinte, outras estratégias políticas. Nesse momento, o Estado reassume sua “responsabilidade”, com novos planos para o desenvolvimento da “economia nacional”.

A história do Brasil possui um vasto arquivo de planos econômicos, projetos de desenvolvimento, ou modelos de crescimento que, invariavelmente

---

\* Doutoranda em Ciência Política pela PUC-SP e membro do NEILS.

apresentados como indispensáveis à promoção da autonomia econômica e da soberania nacional, foram substituídos a cada novo governo, sempre apontando os “velhos erros” e os “novos acertos”, para “sair da crise”.

Numa rápida observação, percebe-se que esta associação entre a necessidade de “legitimidade” política para a geração de uma economia “autônoma”, ou que atendesse os interesses das elites econômicas locais, remonta ao momento preciso em que a “independência econômica” do Brasil implicava independência política, ou seja, no final do período colonial. Sabe-se que, nesse momento de expansão do capitalismo liberal inglês, o desenvolvimento da economia mundial dependia da extinção dos monopólios coloniais, que no caso brasileiro ocorreu com a abertura dos portos à Inglaterra (1808). A promoção da independência política tornou-se imperativa<sup>1</sup>, especialmente para evitar o fechamento dos portos -por decisão da Revolução Liberal do Porto em restabelecer o monopólio português, em 1822.

Independentemente de não haver um projeto econômico exclusivamente “nacional”, mas associado à necessidade de expansão da indústria inglesa, após concretizada a independência política, a agroindústria cafeeira desenvolveu-se como estratégia de abertura de um novo mercado ao capital internacional. Plano econômico de autonomia apenas relativa, mas que representou um investimento extremamente rentável para os fazendeiros plantadores de café e, sobretudo, para os industriais ingleses –associados ao capital bancário, às agências financiadoras, exportadoras, seguradoras, transportadoras, etc.

A associação entre o capital agrário, o mercantil e o financeiro consolidou o poder político das oligarquias agrárias (paulistas e mineiras)<sup>2</sup> que, reprimindo violentamente os movimentos sociais, dispensavam muita argumentação teórica em favor do “desenvolvimento nacional” -do qual eram as “legítimas” representantes, especialmente após o advento da República (1889).

Assim, a principal reforma econômica do período, para promover os “recursos necessários ao desenvolvimento da produção econômica e do comércio em geral” (Fonseca: 17/1/1890), foi estritamente financeira (política do “encilhamento” do Ministro Rui Barbosa), reduzindo-se ao aumento da especulação financeira, inflação e falências, inclusive a do Banco Nacional do Brasil (BNB) (Tannuri: 1981).

O modelo agrário exportador persistiu até o colapso do capitalismo liberal (superprodução do café brasileiro), com a remoção dos coronéis paulistas do comando direto da política brasileira, pela Aliança Liberal. Mesmo com a tomada do poder por Vargas, sabe-se que os subsídios estatais para a “queima” de café não foram interrompidos<sup>3</sup>. Mas o discurso foi substituído.

---

<sup>1</sup> Mediante uma indenização de quase 2 milhões de libras – equivalente à dívida portuguesa com a Inglaterra.

<sup>2</sup> “Demonstração de força da oligarquia cafeeira, que 'socializa' seus prejuízos, o Convênio de Taubaté, assinado em 26 de fevereiro de 1906 (...) inaugura uma política que irá prevalecer até a grande crise internacional de 1929” (Werneck Sodré, 1977). Até 1910 foram retiradas 16 milhões de sacas, pela Política de Valorização do Café - revigorada por Vargas entre 1931-33.

<sup>3</sup> Com a criação do Conselho Nacional do Café, em 1931, e do Departamento Nacional do Café, em 1933, Vargas implementou uma “política de sustentação” da compra e

### **Plano de desenvolvimento nacionalista**

No primeiro *Manifesto ao Povo Brasileiro*, Vargas (01/03/1930), apresentava a Aliança Liberal como uma força promotora da democracia e do desenvolvimento nacional – o que permitiria

a interferência direta e efetiva do povo na escolha de seus mandatários, o respeito às franquias constitucionais e às leis; (...) o fortalecimento econômico e financeiro do país, pelo aumento de sua produção e da eficiência de seu aparelho circulatório, pela valorização do braço trabalhador e pela sua disciplina no arrecadar e aplicar os dinheiros públicos

Era a vez dos trabalhadores. Na Constituição de 1934, um texto dedicado à ordem econômica e social estabelecia os princípios básicos da legislação do trabalho –dentre eles, o preceito do salário mínimo “capaz de satisfazer, conforme as necessidades de cada região, às necessidades normais do trabalhador” (Vargas: 16/12/1934). A de 1937, mesmo acentuadamente autoritária, centralista e de tendência fascista, também visava

às legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes de crescente agravação dos dissídios partidários que uma notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes (...) ao estado de apreensão criado no país pela infiltração comunista que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda exigindo remédios de caráter radical e permanente (Vargas: 10/11/1937-a).

Radical porque “entre a existência nacional e a situação de caos, de irresponsabilidade e desordem em que nos encontrávamos, não podia haver meio termo ou contemporização”; e permanente, pois “quando as competições políticas ameaçam degenerar em guerra civil, é sinal de que o regime constitucional perdeu o seu valor prático, subsistindo, apenas, como abstração” (Vargas: 10/11/1937-b).

Com uma redução drástica da atuação do Poder Legislativo, o Estado Novo estendeu-se até 1945, como o núcleo organizador da sociedade e responsável pela construção do capitalismo industrial, “verdadeiramente nacional” e comprometido com a ordem política e o desenvolvimento.

Para substituir certos produtos importados<sup>4</sup> (pois os países industrializados estavam em guerra), o estímulo à produção nacional, se não capaz de promover o pleno desenvolvimento econômico, foi suficiente para gerar empregos e promover um “salto” industrial e inovador em relação ao “passado agrícola”. Nenhum dos discursos anteriores operara tamanha “unidade nacional”, a despeito da marca

---

queima dos excedentes estocados em depósitos do governo. A destruição de 17,2 milhões de sacas em 1937 e nos anos seguintes contribuiu para normalizar os preços no mercado internacional.

<sup>4</sup> Pensamento econômico da CEPAL -base do “nacional-desenvolvimentismo”. Consolidou-se com a teoria do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiro) quanto à necessidade de uma nova fase para o capitalismo, promovido pela “burguesia nacional”.

fascista do Estado Novo<sup>5</sup> –já que o nacionalismo também fora seu instrumento de mobilização política.

Entretanto, com a reativação da produção industrial internacional, a necessidade de abertura de mercados consumidores deparava-se com as “barreiras” criadas pela recente industrialização nacional. O Estado Novo, que já havia promovido certa acumulação de capital à burguesia industrial, tornou-se incômodo. Com a deposição de Vargas (1945), e para uma “completa mudança de rumos”<sup>6</sup>, a Constituição de 1946 respaldava politicamente o novo modelo econômico (SALTE) de Dutra.

### **Plano de “redemocratização” política e abertura econômica**

A restituição da “democracia” e a retomada do “crescimento” requeriam a redução da intervenção do Estado na economia e medidas de liberação dos mercados. Dentre elas, a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC (1947), para dispor sobre as operações de câmbio e regulamentar o retorno de capitais estrangeiros<sup>7</sup>; e a adoção da paridade monetária com o dólar americano e a liberdade cambial (Bretton Woods, 1944).

A orientação privatista de Dutra, em perfeita sintonia com o programa dos Estados Unidos para a América Latina, resultou na expansão das empresas estrangeiras, rebaixamento de salários e rápido esgotamento das reservas cambiais acumuladas durante a segunda guerra (Penna, 1989).

### **Retorno ao plano de desenvolvimento nacionalista**

Com sua eleição em 1950, Vargas propõe a união das forças políticas, para atualizar, no contexto de liberdades civis e públicas, seu projeto de desenvolvimento pró-industrialização nacional (Carone, 1980). Nas comemorações do Primeiro de Maio:

Chegou (...) a hora do governo apelar para os trabalhadores e dizer-lhes: univos todos nos vossos sindicatos, como força livre e organizada (...) Na hora presente, nenhum governo poderá subsistir, ou dispor de força eficiente para as suas realizações sociais, se não contar com o apoio das organizações operárias. É através dessas organizações, sindicatos ou cooperativas, que as classes mais numerosas da nação podem influir nos governos, orientar a administração pública na defesa dos interesses populares (Vargas: 03/05/1951):

---

<sup>5</sup> “No Brasil não havíamos atingido a sangueira pública. Até nos países inteiramente fascistas ela exigia aparência de legalidade, ainda se receava a opinião pública. Entre nós execuções de aparato eram inexequíveis: a covardia oficial restringia-se a espancar, torturar prisioneiros, e de quando em quando se anunciavam suicídios misteriosos”, como Graciliano Ramos testemunhou em suas *Memórias do cárcere* (2001: 95-96).

<sup>6</sup> Sem um rompimento político frontal, uma vez que a eleição de Dutra deveu-se ao apoio de Vargas (PTB e PSD), contra os candidatos Eduardo Gomes (UDN) e Yedo Fiúza (PCB).

<sup>7</sup> Em 1946 foi reorganizada a Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior (Nova Iorque), para orientar as finanças do Brasil: “efetuar, no exterior todos os pagamentos do governo brasileiro inclusive os da dívida externa federal, estadual e municipal” (Departamento Administrativo do Serviço Público, 1957).

A associação entre o trabalhismo e o nacionalismo econômico expressou-se na maciça campanha de nacionalização do petróleo, com a criação da Petrobrás. Na *Palavra do Presidente*

A Petrobrás assegurará não só o desenvolvimento da indústria petrolífera nacional, como contribuirá decisivamente para limitar a evasão de nossas divisas. Constituída com capital, técnica e trabalho exclusivamente brasileiros, a Petrobrás resulta de uma firme política nacionalista no terreno econômico, já consagrada por outros arrojados empreendimentos em cuja viabilidade sempre confiei (Vargas: 04/10/1953).

Apesar dos argumentos nacionalistas, Vargas nunca descartou completamente a participação do capital estrangeiro na economia brasileira. Mas o triunfo da iniciativa de um setor nacionalista (intelectuais, militares, políticos, líderes operários) foi suficiente para o presidente Eisenhower defini-la como uma “manobra comunista” e reduzir o “programa de ajuda econômica”, ou seja, de empréstimos.

A restauração do modelo de desenvolvimento nacionalista não sobreviveu ao governo de Vargas (1950-54), cujo plano de impedir a “evasão de divisas”, mas sem conseguir obtê-las (devido à queda das exportações), degenerou em crise financeira. A retomada de empréstimos no exterior restituiu a vinculação ao capital internacional, particularmente ao norte-americano.

### **Plano nacional desenvolvimentista**

A ampliação dos investimentos privados, nacionais e estrangeiros, prevaleceu na formulação do novo plano de desenvolvimento industrial, de Juscelino Kubitschek (1956-60), inteiramente ajustado aos interesses do capital internacional<sup>8</sup>.

A definição do novo modelo de desenvolvimento econômico, ainda “industrial e nacional” mas com a participação do capital internacional, além das naturais pressões externas, refletia a incapacidade da burguesia brasileira - vinculada à participação do Estado e do capital estrangeiro (o “tripé econômico”) - em assumir uma posição hegemônica no processo de industrialização. A definitiva configuração do modelo desenvolvimentista, o Plano de Metas (energia, transporte, agricultura e alimentação e indústrias de base) permitiu a maciça penetração do capital estrangeiro nos setores mais dinâmicos da economia - redefinindo a orientação econômica e política do Brasil<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> A reavaliação da fracassada substituição de importações, pela CEPAL, abre espaço para a “teoria da dependência”. Das novas propostas de desenvolvimento prevalece a de Fernando H. Cardoso e Enzo Faletto: apesar da dependência (característica natural do capitalismo), os países periféricos “têm uma forte tendência ao reinvestimento local, o que em certo sentido, solidariza os investimentos industriais estrangeiros com a expansão econômica do mercado interno” (Cardoso & Faletto apud Goldenstein, 1994: 41).

<sup>9</sup> Dois exemplos (1958): 1. Amaral Peixoto, embaixador brasileiro nos EUA, foi convocado (1958) a explicar, em Washington, a possibilidade de reatamento das relações comerciais com a URSS para venda do café. 2. o presidente Eisenhower aprovou a proposta do governo brasileiro -criação da Operação Pan-Americana (OPA)- para o desenvolvimento econômico multilateral latino-americano. O “desenvolvimento”

A indústria automobilística envolveu diretamente a abertura de mercados no setor da distribuição do petróleo. A transferência da capital federal, do Rio de Janeiro para Brasília, contribuiu para a expansão desse mercado, aumentando a necessidade de consumo do petróleo: utilização de automóveis, asfalto, pneus, combustível, instalação de postos distribuidores, rotas aéreas, etc.<sup>10</sup>. Ao capital estatal, ficou destinada a viabilização do programa da infra-estrutura: rodovias e ampliação do potencial de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A implementação do modelo desenvolvimentista, de Vargas ou Juscelino, expôs as dificuldades de crescimento de uma economia nos moldes capitalistas. Desde o princípio, apresentavam-se as clássicas contradições do capitalismo: o desenvolvimento industrial de um país, teoricamente, aumenta sua participação na disputa de mercados consumidores; ao deixar de ser simples fornecedor de matéria-prima, o país industrializado adquire autonomia produtiva suficiente para suprir sua demanda em certos setores. Enfim, o ingresso de mais um país no universo da concorrência internacional ameaça o “livre-comércio” –essência contraditória do capitalismo.

Mas, no seu jogo interno, o capital não dispensa qualquer perspectiva de lucro. Como os projetos de industrialização requeriam investimentos, o capital internacional reivindicou sua participação nos planos “nacionais” - até se impor no governo de Juscelino. As contradições reproduziram-se: recursos financeiros para os investimentos promovidos por política fiscal e emissões; desvalorização monetária e inflação; perda do poder aquisitivo e retração da demanda; incremento tecnológico e restrição do emprego; aumento do subemprego e do subproletariado urbano.

Como os investimentos se realizaram de forma especulativa e não atingiram igualmente todos os setores produtivos, o maior crescimento promovido pelo “novo modelo” de desenvolvimento nacional foi o da centralização de capitais por alguns setores multinacionais (construção, especulação imobiliária), e a estagnação dos demais. Mesmo assim, evocando o ideário nacionalista –ao privilegiar a matriz desenvolvimentista contra a corrente monetarista de estabilização- Juscelino rompeu com o FMI (1959), num gesto considerado de defesa da soberania nacional. Ao final do governo, sua imagem pública estava associada à do empreendedor da modernização da economia brasileira -com um crescimento médio anual de 8,2%. Os custos (inflação de 23%) foram cobrados nos anos seguintes.

Com a determinação de Goulart em ampliar o modelo de desenvolvimento industrial nos moldes capitalistas, explodiram as contradições –reproduzidas nas manchetes dos principais jornais da época:

O entusiasmo que recebia as palavras dos líderes políticos, sindicais e estudantis mostrou uma firme determinação do povo de lutar unido e coeso pela implantação das reformas fundamentais de que o Brasil necessita para a

---

foi relegado, mas a repressão ao comunismo foi enfatizada com a instalação oficial no Brasil da Central Intelligence Agency – CIA (Castro, 1983).

<sup>10</sup> “Seguindo-se a uma opção estratégica que remonta à década de 1950 e início dos anos 60, tivemos a consolidação do transporte rodoviário, justamente o mais caro modal de transporte para cargas, como predominante no Brasil” (Almeida, 2002).

consolidação do seu desenvolvimento. Foi uma evidência, na repercussão que teve nos aplausos da grande massa popular, o sentimento da necessidade de uma efetiva e urgente modificação que reformule o arcaico estatuto da terra ainda vigente entre nós (*Diário Carioca*, 14/03/1964).

Guerra civil, fechamento do Congresso, constituinte e até implantação da socialização crescente da economia do País foram os elementos essenciais utilizados pelos oradores do comício de ontem pelas reformas de base, do presidente João Goulart ao deputado Leonel Brizola; do presidente da SUPRA ao representante do CGT. O Sr. João Goulart antecipou o quadro de revolução civil, ao creditar àqueles que se opõem às reformas um possível derramamento de sangue no País (*Tribuna da Imprensa*, 14/05/1964).

A promoção do desenvolvimento nacional não agradou as próprias elites econômicas nacionais, especialmente as agrárias -para quem a alteração do estatuto da terra, via reforma agrária, implica “derramamento de sangue”. A resistência das frações de classe ligadas ao capital mercantil, agrário ou financeiro, contra as reformas econômicas, ganhou força com a ofensiva anticomunista americana -exacerbada com a Revolução Cubana (1959). Força material e ideológica, posteriormente confirmada pelo embaixador dos Estados Unidos no Brasil em 1964, Lincoln Gordon:

A minha estimativa é de que foram US\$ 5 milhões (*a preços de 2002, US\$ 30 milhões, ou cerca de R\$ 100 milhões*) (...) Era uma ação da CIA. Um dos objetivos seria suprir literatura sobre a economia liberal, para contestar a enorme quantidade de literatura de esquerda. O governo cubano — e talvez o russo — estava fornecendo dinheiro para publicação de material no Brasil (...) Mas, especialmente depois do comício de Goulart na Central do Brasil, houve vários contatos, inclusive entre o adido militar da embaixada, Vernon Walters, e o marechal Castelo Branco, em que se demonstrou nosso interesse numa oposição a Goulart (...) A minha idéia foi que, na eventualidade de uma tentativa de derrubar João Goulart, um grupo militar poderia ser contestado por outro. Nesse caso, os Estados Unidos teriam uma preferência pelo lado anti-João Goulart. Naquele momento achei que a possibilidade de uma frota armada, com a bandeira americana visível, teria um resultado desencorajador para o lado pró-Goulart e encorajador para o anti-Goulart (*O Globo*: 25/11/2002).

Com essas revelações, em entrevista de lançamento de seu livro *A segunda chance do Brasil*, Gordon procurava justificar que a “CIA jogou fora milhões de dólares” e a influência americana não foi decisiva para o golpe<sup>11</sup>. Entretanto, a tônica anticomunista prevaleceu nas matérias comemorativas do golpe contra Goulart:

Agora que o País se livrou do fantasma da comunização podemos repetir o que vínhamos dizendo exaustivamente: todo comunista é covarde e mau caráter. Os episódios de agora vieram provar que estávamos cobertos de razão (*Tribuna da Imprensa*, 02/04/1964).

Mais elegantemente, mas com a mesma clareza:

A perspectiva mais alarmante da situação brasileira funda-se num dado concreto que não é possível obscurecer. É o fato de que jamais em nossa História, e até o presente, as esquerdas radicais - nomeadamente o comunismo

---

<sup>11</sup> Contrariamente, pesquisas de Martha Huggins (1998) comprovaram inúmeras ações americanas em favor do golpe e da manutenção do regime militar, após 1964.

e suas clássicas correntes auxiliares - estiveram tão à vontade, desfrutaram tanto prestígio e aproximaram-se tanto do êxito quanto no momento atual (*Diário de Notícias*, 01/04/1964).

Consumava-se o golpe contra o plano de desenvolvimento capitalista do governo Goulart. A vitória da “revolução” conservadora alterou o equilíbrio de forças -estabelecido pelo Estado e pela burguesia ligada ao capital estrangeiro. A reformulação do conceito de soberania alcançou as *fronteiras ideológicas*, e a defesa de intervenção em países da América Latina, sob o perigo comunista, redefiniu as diretrizes econômicas e o papel político do Brasil, no contexto internacional (Bandeira, 1993: 212).

### **Plano de “segurança e desenvolvimento”**

Também em nome da promoção de uma “sociedade capitalista desenvolvida”, a estratégia de crescimento do regime militar (“milagre brasileiro”), promovido pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e financiado pelo capital externo, esgotou-se com a estagnação da economia nos anos 80. O saldo foi a restrição salarial, o alto endividamento e o fortalecimento do poder do sistema financeiro internacional e do capital bancário paulista.

Após o governo de “transição para a democracia” de Sarney, o desenvolvimento do capitalismo brasileiro dependeria da “abertura econômica”, de acordo com a “nova ordem” internacional.

### **Plano de desenvolvimento neoliberal**

Pela mesma razão que abriu os portos ao *liberalismo* inglês (séc. XIX), o Brasil deveria abrir ao *neoliberalismo* norte-americano: para eliminar restrições ao fluxo de capitais internacionais. Collor iniciou a abertura do “Brasil Novo” com reforma e confisco monetário; criação de novos tributos; fim da reserva do mercado de informática; e o Plano Nacional de Desestatização (PND).

A execução do projeto de abertura econômica definiu os governos de Fernando H. Cardoso (1995-2002). Para promover as reformas necessárias à privatização, que dariam “sustentação ao crescimento econômico”, mudanças institucionais permitiram “à iniciativa assumir plenamente seu papel de eixo dinâmico da economia” (Cardoso, 1995).

Claramente definidas, as diretrizes econômicas foram cumpridas. Mas o resultado não foi a integração do país ao universo competitivo internacional, a modernização da indústria, ou a promoção do “desenvolvimento sustentável”. Esgotadas as reservas monetárias que garantiram a paridade entre o dólar e o real, a maior prioridade do país tornou-se a corrida contra a subida do dólar. Com estagnação econômica, colapso em setores infra-estruturais e novos endividamentos para pagar juros de empréstimos anteriores, a economia manteve-se dependente da entrada de capitais internacionais.

### **Um plano de desenvolvimento sustentável?**

Para reverter o modelo anterior “que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome” o governo de Luiz Inácio da Silva

(01/01/2003) apresentou-se com a tarefa de “promover as mudanças necessárias” para um “desenvolvimento sustentável. Mas, “mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista”.

A nova agenda preserva antigos discursos. A reforma agrária só em terras ociosas, como no governo anterior, mas com “vigoroso apoio à pecuária e à agricultura empresarial, à agroindústria e ao agronegócio”; a nova administração manterá as metas estabelecidas com o FMI (Silva: 01/01/2003); e a recente conclusão da Reforma da Previdência também não deixa dúvidas quanto às medidas “necessárias” para a redução dos gastos públicos.

Ao mesmo tempo, o ministro da Casa Civil, José Dirceu (01/01/2003) promete “uma verdadeira revolução social” com o programa *Fome Zero*: “uma causa que pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia”. Paradoxalmente, para o ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral (07/05/2003), “estamos fazendo as reformas que o governo Cardoso anunciou para 1995. Somos um governo de esquerdas, com um compromisso democrático e de luta contra a exclusão social”. Mas Lula nega que foi de esquerda (só foi “torneiro-mecânico”) e reafirma sua “obsessão” em criar empregos, para garantir a “redistribuição de renda”.

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci (01/01/2003), esclarece possíveis equívocos quanto ao discurso, ou às semelhanças com o governo anterior: serão promovidas regras estáveis, que garantam “a estabilidade necessária à expansão do investimento privado e à retomada do crescimento econômico”. Porém,

nossa administração se diferencia da que nos antecedeu no projeto de país, expressa tanto na nossa agenda de reformas quanto na forma em que as encaminharemos, o pacto social. A diferença entre nossos governos, entretanto, não pode ofuscar a seriedade e a moralidade com que o Ministro Malan geriu a coisa pública condicionado pela agenda do seu governo. E essa herança teremos a satisfação de preservar e entregá-la ainda mais consolidada no futuro.

As diferenças serão, portanto, de “agenda” e “forma” de encaminhamento. As reformas (previdência, tributária, política, trabalhista) são as mesmas inauguradas pelo governo de Fernando H. Cardoso, também graças a um “pacto social” (Cardoso, 1995).

Com atualização do projeto de “reformas” econômicas, discursos desenvolvimentistas, promessas de bem-estar e pleno emprego, elabora-se mais um plano de governo, claramente preocupado em restabelecer o “crescimento econômico” e a “justiça social”: *um governo para todos*.

A questão é como conciliar interesses de classes antagônicas.

### **Considerações gerais**

Se a intenção fosse eliminar os antagonismos de classes, os inúmeros planos de desenvolvimento teriam sido ineficazes. Apenas reproduziram as desigualdades sociais, pois sua pretensão jamais foi eliminar, mas “administrar”, os conflitos. Foram eficientes, portanto, para gerar expectativas, renovar estratégias políticas e redirecionar a economia, de acordo com as necessidades capitalistas.

Por isso, a estratégia do “desenvolvimento”, adequadamente utilizada em nome do bem-estar social, renova-se continuamente, a cada crise do capitalismo. Ao final da 2ª Guerra, por exemplo, os EUA assumiram o negócio de promover o desenvolvimento industrial mundial. A “nova ordem internacional”, estabelecida na década de 1950 pela ONU, definia o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) como promotor do desenvolvimento. Pressuposto não confirmado, nas duas décadas seguintes, pois mesmo elevando o valor monetário produzido (soma dos bens e serviços) não se reduzia a pobreza. Concluiu-se que o crescimento em termos monetários não assegurara o desenvolvimento qualitativo, nos países subdesenvolvidos, porque lhe faltara objetivação social. Desenvolvimento econômico significava, então, desenvolvimento humano.

O novo indicador, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), deveria considerar três dimensões básicas: longevidade, educação e renda. Mas, os sucessivos cálculos sobre o “progresso humano” também não confirmaram a eficácia de seu método: os índices não estão necessariamente associados e sua variação não é uniforme.

No Brasil, “país que mais cresce no *ranking* de desenvolvimento humano”, “a desigualdade econômica impede uma melhora acentuada da qualidade de vida” (PNUD, 2003). Mas, como o novo governo “mostrou o compromisso de manter a disciplina das contas fiscais”, deverá recuperar a credibilidade e a reputação nos mercados financeiros. Com maior margem de manobra na política cambial, deverá adotar maior liberdade na condução da política monetária, com o aprofundamento das reformas fiscais de longo prazo. As exportações registrarão um “crescimento notável” (15%) e o excedente comercial subirá dos US\$ 13 bilhões em 2002 para US\$ 22 bilhões em 2003 (CEPAL, 2003). Mas, “neste mundo de tamanha abundância, é um enorme paradoxo que nesta região, 55 milhões de pessoas sofram de fome”, afirmou Zoraida Mesa, do Programa de Alimentos da ONU (*Reuters*: 25/08/2003).

No Brasil, o paradoxo é claramente observado: 10% dos lares mais ricos detêm 70 vezes a renda dos 10% mais pobres. Na região Norte a pobreza aumentou 8%, em uma década, e “a culpada não é a escassez de recursos, mas uma persistente e alta desigualdade” (PNUD: 2003).

Parece que parte da questão está respondida. É que o pagamento da dívida pública do Terceiro Mundo despende, por ano, aproximadamente US\$ 250 bilhões. Da América Latina, entre 1996 e 2000, foram transferidos US\$ 251 bilhões para o exterior, como pagamento de juros e remessa de lucros (Munhoz, 2003: 42). Trata-se de um cálculo simples, mas a lógica financeira não inclui a “transferência de capital” nos seus balanços do IDH.

A cínica persistência em calcular o “progresso humano” como sinônimo de desenvolvimento, a partir de uma política de alienação de recursos econômicos, evidencia o subdesenvolvimento como condição essencial à reprodução do capitalismo, interna ou externamente, em seus diversos momentos: “o ponto de partida do subdesenvolvimento são os aumentos de produtividade do trabalho engendrados pela simples realocação de recursos visando obter vantagens comparativas estáticas no comércio internacional” (Furtado, 1974: 78).

A partir dos centros de decisões externos, as orientações econômicas criam laços de dependência local, capazes de redirecionar as forças produtivas e atender seus interesses comuns. Por isso, a transferência da “obrigação” do desenvolvimento para as bases locais, satisfaz não somente a lógica da rentabilidade mas, também, a do controle social.

E quando o círculo de realização do capital se fecha, com crescente pauperização mundial, o economista prêmio Nobel de Economia em 2001 e ex-vice presidente do Banco Mundial, Joseph Stiglitz, dá a receita: “é preciso descobrir nichos na economia global para competir”; “o que leva ao crescimento é um melhor equilíbrio entre o papel do governo e dos mercados”; “o crescimento do número de empregos é a política social mais importante de todas” (*Valor Econômico*: 29/08/2003). Certamente a mais importante, pois permite a recomposição das taxas de acumulação, concentração e centralização do capital – e a “exclusão” da maioria da população.

Mas, os exemplos históricos não bastaram. O atual relator da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, deputado Paulo Bernardo, anunciou o restabelecimento do IDH como indicador de prioridade para as ações sociais, e a real redução de desigualdades e injustiças sociais (*Folha de S. Paulo*: 19/06/2003).

Com a sinalização de que a economia brasileira permanecerá subordinada ao modo de produção capitalista, no qual prevalecem as diretrizes neoliberais, qualquer taxa de crescimento apenas se converterá ao pólo centralizador do capital financeiro. Não garantirá desenvolvimento econômico, social ou humano, mas poderá assegurar a administração dos conflitos, em nome da autonomia econômica e da soberania nacional.

Mas não indefinidamente, pois a repressão também estimula o “motor da história” – que permanece funcionando, em ritmo bastante acelerado.

Bibliografia:

- ALMEIDA, C. W. L. (2002). “Controle externo sobre o setor hidroviário”. *Revista do Tribunal de Contas de União-TCU*, v.33, n. 93.
- BANDEIRA, M. (1993). Estado nacional e política internacional na América Latina: O continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992). São Paulo: Ensaio.
- CARDOSO & FALETTO apud GOLDENSTEIN, L. (1994). *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CARONE, E. (1980). *A Quarta República (1945-1964)*. São Paulo: Difel.
- CASTRO, F. M. de O. (1983). *História da organização do Ministério das Relações Exteriores*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- FURTADO, C. (1974). *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HUGGINS, M. (1998). *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez.
- KEYNES, J. M. (1992). *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas.
- MUNHOZ, D. G. (2003). “Investimentos diretos: o novo refúgio dos capitais especulativos”. In: CARNEIRO, M. L. F. *Auditoria da dívida externa: questão de soberania*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- PENNA, L. de A. (1989). *Uma história da República*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- RAMOS, G. (2001). *Memórias do cárcere*. São Paulo: Record, 38ª ed.
- TANNURI, L. A. (1981). *O encilhamento*. São Paulo: Hucitec/FUNCAMP.

WERNECK S., N. (1977). *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.

Outras fontes:

.Documentos/periódicos

CARDOSO, F. H. (15/02/1995). *Mensagem ao Congresso Nacional*. Brasília: Secom.

FONSECA, M. D. (17/01/1890). "A reforma econômica". In: *Jornal do Comércio*. Biblioteca Nacional.

DIRCEU, J. (01/01/2003). *Discurso de Posse*. Agência Radiobrás.

SILVA, L. I. (01/01/2003). *Discurso de Posse*. Agência Radiobrás.

PALOCCI, A. (01/01/2003). *Discurso de Posse*. Agência Radiobrás.

VARGAS, G. D. (01/03/1930). "Manifesto ao Povo Brasileiro". In: *Jornal do Comércio*. Biblioteca Nacional.

\_\_\_\_\_. (16/12/1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Arquivo Nacional.

\_\_\_\_\_. (10/11/1937-a). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Arquivo Nacional.

\_\_\_\_\_. (10/11/1937-b). Discurso à Nação. Brasília: Centro Brasileiro de Estudos Latino-americanos.

\_\_\_\_\_. (03/05/1951). "As comemorações do Primeiro de Maio". In: *Jornal do Brasil*. Biblioteca Nacional.

\_\_\_\_\_. (04/10/1953). "A palavra do presidente". In: *Jornal do Brasil*. Biblioteca Nacional.

Departamento Administrativo do Serviço Público (1957). *Indicador da Organização Administrativa Federal*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional.

Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento –PNUD (2003).

Relatório da Comissão Econômica para a América Latina –CEPAL (2003).

Diário Carioca: 14/03/1964

Diário de Notícias: 01/04/1964

El país: 07/05/2003

*Folha de S. Paulo*: 19/06/2003

*O Globo*: 25/11/2002

*Reuters*: 25/08/ 2003

*Tribuna da Imprensa*: 02/04/1964; 14/05/1964

Valor Econômico: 29/08/2003